



Revista Tecnologia e Sociedade

ISSN: 1809-0044

ISSN: 1984-3526

rts-ct@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Brasil

Vilarinho, Lucia da Silva; Lopes, Wilza Gomes Reis; Monteiro, Maria do Socorro Lira
Desenvolvimento e capital social no agronegócio do Cerrado do Piauí, Brasil
Revista Tecnologia e Sociedade, vol. 14, núm. 30, 2018, Janeiro-Abril, pp. 30-46
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.3895/rts.v14n30.5302>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496659054003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Desenvolvimento e capital social no agronegócio do Cerrado do Piauí, Brasil

RESUMO

O desenvolvimento de uma localidade corresponde ao crescimento econômico e à melhoria dos aspectos sociais, a exemplo da organização social e de seus elementos como confiança, normas e redes. Todos esses fatores relacionam-se ao capital social, que facilita a coordenação e cooperação para o alcance de benefícios dos indivíduos em coletividade. No centro desse debate, está o papel dos agentes sociais e de outras formas de sociabilidade egressas do próprio território, tais como: a participação em organizações, grupos e redes que proporcionam aos seus membros um capital coletivo. Este, por sua vez, criado e sustentado por trocas compartilhadas. Com base nesses aspectos, o objetivo do artigo é discutir o protagonismo dos agentes sociais do agronegócio no município de Uruçuí, e o seu potencial para influenciar o desenvolvimento no município sob uma perspectiva mais abrangente que a econômica, por meio do capital social. Identificaram-se possibilidades e também limites e desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social. Agentes Sociais. Crescimento Econômico. Desenvolvimento.

Lucia da Silva Vilarinho

luvilarinho@uol.com.br

Universidade Federal do Piauí – Teresina,
Piauí, Brasil.

Wilza Gomes Reis Lopes

wilzalopes@hotmail.com

Universidade Federal do Piauí – Teresina,
Piauí, Brasil.

Maria do Socorro Lira Monteiro

socorrolira@uol.com.br

Universidade Federal do Piauí – Teresina,
Piauí, Brasil.

Estudos realizados por autores da teoria neoclássica sobre o desenvolvimento econômico associam-no ao aumento da renda per capita da população de um país ou região. Nos anos 1950 e 1960, o debate sobre o tema incorporou aos determinantes econômicos fundamentos sociais condicionantes. Já as concepções contemporâneas agregam à definição clássica do termo, sentido social, político e cultural de uma região (PAVARINA, 2003).

O desenvolvimento econômico, consoante as definições clássicas, está vinculado ao aumento das capacidades produtivas da economia e ao acúmulo de capital financeiro e de riquezas. Nos anos de 1980, outros elementos foram incorporados às discussões que relacionam desenvolvimento econômico à melhoria nas condições de vida das populações (SEIFERT, 2007).

As novas formulações apresentam diferenças em seus vários processos, quais sejam: crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável. Essas formulações mudaram o foco do debate sobre o desenvolvimento para um outro campo de preocupação. Com essa mudança de formulação, reafirmou-se que, para garantir a sobrevivência das gerações futuras, era preciso engendrar novos padrões de desenvolvimento, menos degradantes e mais sustentáveis (MEADOWS et al., 1972).

Partilhando dessa ideia, Sen (2000, p.17) defende o desenvolvimento como uma forma de "... processo de expansão das liberdades reais das quais as pessoas desfrutam". Dito de outra maneira, o propósito e a vocação do desenvolvimento assentam-se no enfrentamento da degradação contínua dos territórios, no vencimento da privação de liberdade das populações, na redução da pobreza urbana e rural, bem como no aumento da equidade, da inclusão social e no fortalecimento da democracia e da cidadania.

No que diz respeito à sustentabilidade, Sen (2000) assevera que os investimentos devem ocorrer tanto em infraestrutura como em produção, e em informação. E mostra que fatores, tais como: sensibilização e conscientização, mobilizam recursos, forças, conhecimentos e potencialidades das pessoas para um desenvolvimento econômico sustentável.

Apesar da tendência da globalização de conectar espaços e economias como um todo uno e interdependente, no bojo das discussões sobre o desenvolvimento econômico, crescem as análises que reafirmam a diversidade socioeconômica e cultural das identidades regionais, territoriais, no contexto de transição para outro paradigma de desenvolvimento mundial, estruturado em uma nova ordem de relacionamento entre o local e o global (BORBA; GOMES; TRUJILLO, 2003; BUARQUE, 2008; FLORES, 2006).

Partilhando dessa mesma linha de raciocínio, Buarque (2018) trata o desenvolvimento local como um processo de mudança da dinâmica de organização produtiva e social de uma localidade, região ou território, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população (BUARQUE, 2008).

Nessa perspectiva, ganham importância aspectos da estrutura social relacionados diretamente à capacidade coletiva de interagir, confiar, cooperar, como as redes de relações sociais formais e informais que proporcionam aos seus membros um capital coletivo – capital social, criado e sustentado por trocas compartilhadas pela sociedade.

Visto dessa forma, importa conhecer o protagonismo dos agentes sociais locais como potencial para empreender as distintas formas de interação social a favor do desenvolvimento do lugar, das pessoas e das instituições. Por isso, conhecer os agentes sociais do agronegócio no município de Uruçuí, no cerrado do Piauí, e discutir a sua ação social-política, foi um fator importante para se ver a potencialidade do capital social para empreender, no município, o desenvolvimento numa perspectiva mais ampla do que a econômica.

Com o estudo, espera-se contribuir com o debate sobre a produção de riqueza social, que flui sob diversas formas de relação e organização entre os agentes sociais nos territórios, e que podem influenciar a dinâmica econômica e o desenvolvimento em bases mais sustentáveis.

Tem-se como objetivos discutir o protagonismo dos agentes sociais mobilizadores de capital social e analisar seu potencial de influenciar o desenvolvimento no município, conjuntamente aos demais agentes institucionais governamentais e não governamentais existentes em Uruçuí.

METODOLOGIA

Para esse estudo, considera-se como agentes sociais a parcela da população do município que atua em atividades associadas ao agronegócio da soja, atividade econômica que ganha destaque na definição da dinâmica territorial da localidade em estudo. São eles: os trabalhadores, lideranças locais, representantes governamentais/institucionais e empresários.

A reflexão crítica ancora-se em pilares que relacionam capital social e desenvolvimento de localidades, com procedimentos qualitativos e quantitativos. Os dados foram observados a partir de análise bibliográfica e documental, além de visitas in loco para observação direta da realidade, visitas técnicas às instituições e contatos diversos com os agentes sociais do desenvolvimento para entrevista e preenchimento de questionário.

CAPITAL SOCIAL E PROTAGONISMO DOS AGENTES SOCIAIS

A discussão sobre o capital social tem mobilizado diversos autores em torno de uma base conceitual significativa para o alcance do desenvolvimento amparado na participação, cooperação e redes sociais de relações entre pessoas e instituições, enquanto fator desencadeante de processos sociais mais democráticos e sustentáveis.

Apesar do conjunto polissêmico de significados atribuídos pelos autores, há consenso de que a base do conceito é a sociabilidade. Ou seja, o capital físico é totalmente tangível, observável e facilmente mensurável, já o capital social, por alojar-se na relação entre indivíduos e grupos de indivíduos, constitui um recurso complexo, menos tangível e revestido de forte subjetividade, guardando, contudo, muitas características do capital material (MILANI, 2005).

Os primeiros registros sobre a incorporação do termo capital social reportam ao século XIX, com Tocqueville, no livro *Democracy in America* (1835-1840), onde aborda-se um agudo contraste entre França e EUA. No séc. XX, Hanifan (1916) descreveu centros comunitários escolares rurais, no território da Virgínia,

destacando os benefícios da cooperação para a comunidade. Jacobs (1961) enfatizou a importância de redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles. Para Loury (1977), não existe igualdade absoluta de oportunidades, elas ocorrem em função das ligações sociais entre as pessoas, que também facilitam as ações dos atores no interior de uma estrutura (FUKUYAMA, 2000).

Nos anos 1980, o tema atingiu sua maturidade e foi introduzido no discurso sociológico contemporâneo, com autores como Durkheim (1984), Bourdieu (1986), Coleman (1988) e Robert Putnam (1989), que atribuíram ao capital social novos dimensionamentos a partir da ideia de coesão social (PATTUSSI et al., 2006).

Para Durkheim (1984), na base conceitual do termo capital social está a sociabilidade, fundamento pelo qual os indivíduos se completam por meio da devoção à vida em grupo, que lhes traz consequências positivas e também para a coletividade.

Bourdieu (1986) trata o capital social sob a índole instrumental do conceito com foco nos benefícios que os indivíduos passam a ter, em virtude da participação em grupos. Em sua crítica à teoria econômica pelo reducionismo do universo das permutas às trocas mercantis, propõe o aporte dos outros tipos de capital (humano, social, cultural) às análises das relações entre redes sociais e poder, acentuando a conversibilidade e a redução desses, em última instância, a capital econômico, compreendido como trabalho humano acumulado.

Na concepção de Coleman (1988), o capital social é visto sob a perspectiva de funções básicas aplicáveis a contextos variados, como fonte de controle social criado por redes comunitárias e fonte de benefícios por meio de redes extrafamiliares, sendo que as funções, todavia, não devem colidir ou se sobrepor às normas existentes para benefícios privados. As variáveis dessa concepção são os sistemas de apoio familiar e sistemas escolares, as organizações horizontais e verticais.

Mas foi Putnam (1996), durante duas décadas, quem mais divulgou o capital social, com seus estudos sobre os fundamentos da democracia italiana. Utilizando e ampliando o conceito formulado por Coleman, Putnam sobrepõe a dimensão política à econômica, e considera como variável analítica mais importante o papel das redes sociais de compromisso cívico ou comunidade cívica. Para o autor, a prática geral da reciprocidade favorece a confiança mútua, além de facilitar as ações conjuntas e melhorar a eficácia da sociedade como um todo. Em sua abordagem, os elementos constitutivos do capital social são aqueles referentes à organização social que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo (indivíduos e coletividade). Ademais, o autor discute o lado negativo do capital social, afirmando que, por vezes, as conexões comunitárias podem ter caráter opressivo, podendo gerar efeitos colaterais negativos ao conjunto da sociedade.

Como as abordagens dos autores não atribuem ao termo capital social significados tão diferentes, argumenta-se que as abordagens são antes complementares que antagônicas, ao evidenciarem as distintas formas de interação social dos sujeitos ou o seu protagonismo coletivo.

Portanto, é assentado nos instrumentos construídos nas relações sociais entre as diferentes forças de um dado território que o capital social pode

constituir potência para o desenvolvimento loco-regional socialmente sustentado, em um processo que se dá da base para o topo, com a valorização de valores socioculturais, do conhecimento, da informação, do capital humano e social.

Nesse sentido, a preocupação com o desenvolvimento em escala regional/territorial, na década de 1990, incorporou às abordagens a atuação da sociedade civil e da iniciativa privada, configurando estratégias de desenvolvimento mais participativas e democráticas, também com a criação institucional de organizações dedicadas à conscientização das comunidades sobre os problemas locais e suas respectivas soluções (BANDEIRA, 1999).

Nessa vertente, compreende-se o território em sua dimensão física, social e cultural, como espaço que relaciona recursos naturais, sociedade e poder (BUARQUE, 2008). Instância que, para Flores (2006), guarda total sintonia com o sentido de espaço vivo e identidade espacial e cultural, onde os processos sociais e culturais que alteram os indivíduos e o ambiente são projetados em sua complexidade sistêmica e de inter-relações.

Logo, entende-se que para um território se desenvolver, além de crescimento ou dinamismo econômico, são igualmente importantes as forças organizativas existentes, as ativas e as latentes, como a participação em associações da sociedade civil e grupos governamentais e privados, além de redes de relações formais e informais, isto é, laços de confiança e solidariedade, redes de ajuda e de interações sociais cotidianas, sistemas e a capacidade de articulação dos indivíduos e organismos para o agir **com-junto**.

Nessa construção teórica sobre o capital social e o desenvolvimento loco-regional, outros autores apontaram a importância de participação ativa dos sujeitos sociais na vida em comunidade, além disso, conceberam a participação como um importante indicador de liberdades democráticas, elemento de empoderamento e protagonismo da população, estimulador da liberdade de ação, da autorresponsabilidade e colaboração, decisivo na potencialização de esforços produtivos e forças coletivas (FOLADORI, 2002).

O empoderamento diz respeito à formação de uma consciência coletiva dos agentes sociais e das instituições, capaz de superar a dependência e a dominação política, com o aumento de potencialidades, informação, percepção, capacidade política, argumentativa, comunicativa e de articulação. Envolve aspectos cognitivos, afetivos e atitudinais, e promove equidade e qualidade de vida, por meio da cooperação e participação (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Para Nascimento (2000), pela ação participativa, os indivíduos passam da posição de beneficiário passivo do desenvolvimento para a de sujeito protagonista, partícipe, cidadão interessado em tomar parte na construção de sua própria história, donde se infere que poderá protagonizar a organização da sociedade em torno de demandas e políticas de promoção do desenvolvimento.

Gohn (2008) argumenta que a participação e a articulação de sujeitos no território, enquanto processos de vivência coletiva, imprimem significado e direcionamento aos grupos e às redes, desenvolvem a consciência crítica desalienadora, com base em crenças e valores da própria cultura política, que levam à mudança e à transformação social.

Para Bandeira (1999), os sujeitos do território otimizam os recursos disponíveis, asseguram a transparência das ações públicas, fortalecem a competitividade sistêmica, oportunizam a acumulação de capital social, consolidam as identidades regionais e aumentam a eficácia das ações governamentais, impulsionando processos para a boa governança e para o desenvolvimento participativo.

Abramovay (2000) defende a tese de que o fenômeno da proximidade social está no centro desse processo, operando a coordenação entre os diferentes agentes para valorizar o conjunto do ambiente onde atuam. E os empreendimentos inovadores, a ação coletiva e cooperada, a conquista de bens públicos e o enriquecimento de seu tecido social são aspectos valorados pelo autor, já que esses aspectos colaboram para o fenômeno social em que atuam.

Nessa conformação, a participação, a confiança e a cooperação são componentes básicos do capital social, importantes para o incremento de políticas públicas eficazes ao desenvolvimento de localidades. Os níveis existentes em cada comunidade denotam o estoque de capital social e desencadeiam outras competências para a vida em sociedade, como a solidariedade, a honestidade, a observância às leis e a tolerância, ampliadas para os segmentos excluídos.

Tais mecanismos, de forma articulada e integrada, geram as condições propícias para a ação política de agentes sociais no território, levando-os a influenciar o protagonismo do desenvolvimento, transformando-se em novos sujeitos, ao se metamorfosearem em seres políticos, partícipes da construção de um projeto de sociedade para o território, de uma cultura política e da criação de redes de articulação, atuantes na execução de investimentos e políticas públicas para as mudanças necessárias ao desenvolvimento, com a participação da comunidade (BANDEIRA, 1999; GOHN, 2008).

Consoante Baquero (2003), o capital social que existe naturalmente no território, de forma latente ou ativa, é agente desencadeador desse processo em nível local e manifesta-se por meio de conjunto de expressões que conferem identidade ao território. Destarte, pode ser criado onde não exista, dinamizado pelos agentes sociais, pelas instituições e pela própria sociedade.

Destaca-se ainda o fato de que cada localidade tem identidade própria e forma específica de conduzir o seu desenvolvimento nas dimensões econômica, social e política.

CERRADO PIAUIENSE E AGRONEGÓCIO

No Piauí, a área do cerrado corresponde a 11,2 milhões de hectares, o segundo maior bioma do país e o segundo mais modificado pela ação antrópica. Essa área equivale a 46% do solo piauiense. 70% desse solo marca a região sudoeste e parte do extremo sul do estado e, apenas 30%, ao norte, marca a área de transição (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014).

O cerrado piauiense apresenta uma topografia plana e grandes extensões de terra, espaço potencial para a produção em larga escala, mas configurou-se como desfavorável à agricultura até a década de 1970, pelas limitações naturais do bioma. Incorporou-se à moderna agricultura por meio da implantação de um

pacote de políticas e programas de incentivo econômico e tecnológico carreado pelo Governo do Estado, em consonância com os interesses econômicos de incorporação da agricultura brasileira ao modo de produção capitalista, nas escalas regional, nacional e internacional, a partir de meados da década de 1980 (ARAÚJO; MORAES, 2006).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revelam que a área do cerrado apresenta baixa densidade demográfica, em torno de 3,67 hab/km², correspondendo a 29% da média estadual, que é de 12,66 hab/km². A ocupação do território, na zona urbana, dá-se de forma irregular em função do processo migratório descontínuo e sazonal, o que representa um desafio para as ações de planejamento (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014).

Na cadeia produtiva, a região ressalta-se pela produção de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo e algodão, pelas reservas de minério de ferro, níquel, gás e petróleo, e pela pecuária, que tem incrementado a economia do cerrado do Piauí, com a comercialização de gado da raça nelore. Mas é a soja, a principal commodity do agronegócio piauiense, responsável por colocar o Estado como terceiro maior produtor da região Nordeste, atrás apenas da Bahia e do Maranhão (IBGE, 2016).

Há na região intensa dinâmica econômica, aquecida por um robusto comércio subsidiário do agronegócio, que impulsiona o crescimento econômico do Estado, com repercussão no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que cresceu 6,1% entre 2010 e 2011. O aumento de 44,2% no setor do agronegócio provocou acréscimo, a preço de mercado corrente, em 2011, de aproximadamente R\$ 24 bilhões, graças à agricultura praticada no cerrado. Foi a melhor marca já registrada, correspondente a 0,62% do PIB brasileiro, enquanto a população do Estado representa 1,63% da nacional (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014).

A comercialização atinge não somente os mercados nacionais, como também o europeu e o asiático, e a comunicação em rede conecta produtores de soja brasileiros a estrangeiros. Entre as exportações, avultam-se os produtos básicos, representando 69,5% do total. O principal país de destino das exportações é a China, com 30,2% do total, sendo que, em 2014, o principal produto exportado para o país foi a soja (ITAÚ / UNIBANCO, 2015).

Dados do Levantamento Sistemático de Produção agrícola (LSPA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam que no período 2015-2016, a produção de soja correspondeu a 45% de toda a produção agrícola do Estado, atingindo um volume estimado de 2 milhões de toneladas, com a probabilidade de ganho de 2.886 Kg/ha, de acordo com estudo da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (FUNDAÇÃO CEPRO, 2016).

Essa dinâmica econômica tem chamado a atenção de pesquisadores e órgãos institucionais interessados em refletir sobre as alterações em curso nos cerrados, lançando luzes sobre as externalidades positivas e negativas produzidas pela modernização da agricultura e do agronegócio, enquanto o discurso hegemônico propaga os efeitos positivos do avanço da fronteira agrícola, os números recordes da balança comercial de exportação e o número de empregos gerados, sobretudo, no campo, coíbem o êxodo rural.

Segundo pesquisa da Fundação Cepro (2014), os efeitos nefastos da moderna reestruturação da economia no território ocorrem com frequente

desobediência à legislação ambiental, insuficientes estudos sobre os impactos ambientais e parca fiscalização dos órgãos competentes, o que coloca a região em risco de degradação ambiental, pelo contínuo desmatamento de grandes áreas para exploração agrícola, e uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, com perdas constantes de algumas espécies de plantas e animais.

Ressalta-se que ao se considerar o fato de que desenvolvimento econômico do país trilha sobre a opção do mundo capitalista de privilegiar o cerrado como fronteira agrícola fundamental à expansão do agronegócio, convém considerar a potencialidade de outro tipo de capital não monetário, o capital social. Esse tipo de capital pode fazer deslanchar, no território, um plano de desenvolvimento que envolva fatores sociais, culturais e políticos, e não apenas econômicos.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ E OS ATIVOS DO AGRONEGÓCIO

Uruçuí, antigo povoado Nova Vila, foi instituído município em 1902, pela lei estadual nº 290. Localiza-se a 453 km de Teresina, possui área de 8.452,025 km² e densidade demográfica de 1,2 hab/km². A população do município, estimada para 2016, é de 21.105 pessoas, com 77% de população urbana e 23% rural, sendo uma pequena maioria composta por mulheres (50,8%), e 49,2% de homens (IBGE, 2016).

O município tem apresentado crescimento populacional superior à média da maioria dos municípios do cerrado piauiense nas últimas três décadas, e maior que a média nacional, crescendo a uma taxa média anual de 1,71%, entre 2000 e 2010, quando totalizou 20.149 habitantes, enquanto, no Brasil, a média foi de 1,17% no mesmo período. A taxa de urbanização do município, em 1999, era de 57,17%; 65,32% em 2000; e 76,95 em 2010 (PNUD/IPEA, 2016).

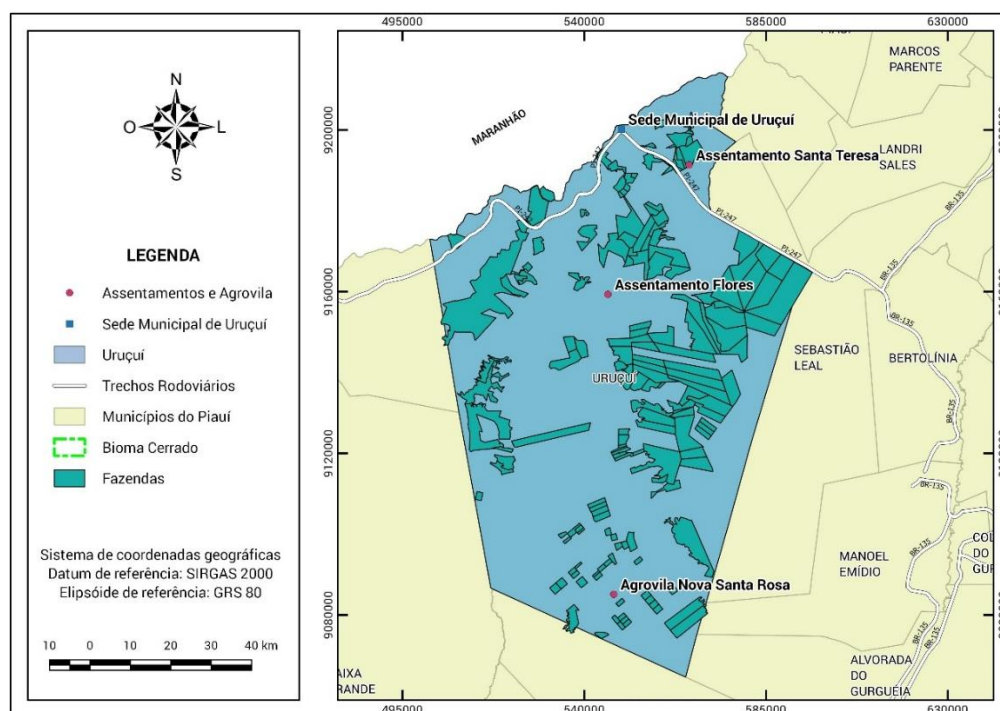
A tendência de crescimento econômico do município é derivada da dinâmica desencadeada historicamente no cerrado brasileiro, o que pode ser exemplificado pela comprovada elevação da média de riqueza por cada habitante no município (PIB per capita), pois a renda per capita de Uruçuí atingiu R\$ 29.552,15, em 2011, para 20.152 habitantes, um salto de 0,6 pontos contra 0,2 em 1990, quando a atividade da soja começava a despontar no município. Performance seguida entre 2013-2014, quando seu PIB per capita subiu de R\$ 31.911,39 para R\$ 45.655,18, tornando-se o maior do Estado e ficando quatro vezes acima da média de todos os municípios piauienses (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014).

Quanto à situação fundiária, Uruçuí está entre os municípios do cerrado piauiense que se sobressaem pela extensão de suas áreas agricultáveis (500 hectares a mais). Essa estrutura de uso e posse de terra favorece o alto grau de concentração de terras e renda, impede a população nativa de pequenos agricultores de competir no mercado com o agronegócio e os obriga a migrar para o assalariamento rural em grandes unidades produtoras e no comércio subsidiário do agrobusiness no município (FUNDAÇÃO CEPRO, 2014).

Os assentamentos Flores e Santa Teresa (figura 3), situados na zona rural, foram organizados pelo INCRA como medida de enfrentamento dessa situação. Entretanto, como certifica Oliveira (2015), devido à insuficiente assistência técnica dos governos ao pequeno produtor rural, grande parte deles migra para o assalariamento nas fazendas produtoras de soja espalhadas pelo município.

Deslocam-se também para a agrovila Nova Santa Rosa (figura 3), a 196 km do polo urbano, onde se encontram grandes fazendas de soja de propriedade de gaúchos e paranaenses.

Figura 1 – Município de Uruçuí – Piauí: assentamentos, agrovila Nova Santa Rosa e fazendas de soja.



Fonte: adaptado de IBGE (2010).

Nesse contexto, o trabalho assalariado passa a fazer parte do contexto social do camponês da agricultura familiar, não lado a lado, mas sob uma lógica invertida que sobrepõe um ao outro, configurando contradições e assimetrias próprias da nova reestruturação da produção. Outros fatores negativos que perduram no município, com a moderna agricultura são a especulação fundiária, grilagem, exclusão da população nativa em detrimento de interesses do capital, o risco de degradação ambiental pelo contínuo desmatamento de grandes áreas para o cultivo da soja e o uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Em que pesem os custos debitados ao processo exógeno de mudanças impostas ao município pela reestruturação da produção agrícola, reconhece-se o seu crescimento econômico, muito embora, como assevera Oliveira (2015), ocorrido em detrimento do desenvolvimento integral da sociedade, repercutindo em poucos investimentos a favor da organização social, da cooperação, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental.

Considerando-se os novos arranjos desenhados para o cerrado do Piauí e para Uruçuí, discute-se o desenvolvimento do município sob um prisma mais abrangente do que o econômico, com foco em processos de produção e reprodução de riquezas sociais egressas do próprio território para fomentar um processo endógeno de mudança e gerar condições ao desenvolvimento, de forma articulada com a dinâmica global do agronegócio, por mais desafiante que possa parecer.

AGENTES SOCIAIS DE URUÇUÍ

Os agentes sociais correspondem à força ativa no território, capazes de movimentar os diversos setores da sociedade por meio de seu protagonismo. Ressalte-se que a ação social se traduz em diferentes expressões de força política para o agir coletivo em sociedade, onde os agentes mobilizados pelo capital social e fortalecidos pelos laços de confiança, pelo espírito de coletividade e de solidariedade cultivados, agem de modo a influenciar as decisões que afetam a coletividade.

Na discussão sobre os segmentos da sociedade diretamente envolvidos com ações de promoção do desenvolvimento no município de Uruçuí, pontuam-se alguns sentidos atribuídos aos sujeitos do processo: o entendimento de protagonistas locais do desenvolvimento, designado àqueles segmentos empoderados pela participação ativa em organizações, grupo e redes, para agir com autonomia no território, formando redes de poder (BECKER; DALLABRIDA 2003); a ideia de sujeitos sociais, construída para designar os atores atuantes e proativos, compromissados, cooperativos e solidários; atores sociais, incorporado aos segmentos interessados ou afetados direta ou indiretamente pelos projetos participativos de ações de promoção de desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Aqui tomou-se de Bourdieu (1987) o termo **agente social**, atribuído ao ser que age e luta no campo de interesses. Então, intitularam-se agentes sociais do desenvolvimento em Uruçuí os segmentos da população relacionados ao agronegócio de soja no município, ligados à produção ou à comercialização: trabalhadores do agronegócio, representantes de órgãos estratégicos de gestão pública, responsáveis pela infraestrutura necessária à expansão da produção e comercialização; membros de organizações/grupos/redes formais e informais, empresários e lideranças.

Boa parte das relações estabelecidas entre os agentes sociais no território se dá como resultado de alterações socioespaciais conduzidas pela nova ordem de produção da moderna agricultura e suas demandas. No bojo dessa discussão, atesta-se que as identidades de tais segmentos não podem ser percebidas unicamente pelo viés econômico que os relaciona com os meios de produção, identificando, de um lado, os proprietários capitalizados e, de outro, os agricultores descapitalizados, detentores apenas da mão de obra. Por conseguinte, importa reconhecê-los, também, pelos seus projetos e interesses que nem sempre marcham na mesma direção, o que torna mais difícil a ação **com-junta** no município.

Na concepção adotada para esse estudo, o empoderamento dos agentes sociais de Uruçuí ocorre via capital social acumulado, ou seja, sob a forma de participação em organizações, grupos e redes; confiança, coletividade e solidariedade, que tem como resultado a própria ação social, e isso pode influir sobre as decisões das esferas políticas governamentais, bem como de redes da esfera privada, principalmente, no que diz respeito aos recursos e às estratégias de desenvolvimento sustentável do município.

Outrossim, embora o capital social constitua um meio para atingir o empoderamento dos agentes sociais na realidade de Uruçuí, ele somente se concretizará com o aprofundamento democrático que se faz com ampliação da cultura política e da participação cidadã, protagonizados em sintonia com os

demais agentes sociais locais. Nessa perspectiva, compreende-se o capital social como uma força motriz da ação social dos agentes no território, com potencial de desenvolver estratégias promotoras de desenvolvimento social, humano e econômico em bases sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio da soja transformou o município de Uruçuí em um território do capital, por isso a cidade é posta sob o controle da agricultura capitalista e estrutura-se mediante tensões próprias do complexo de encadeamento de fatores do processo de modernização da agricultura, que avança com a expansão do comércio da commodity soja na localidade pesquisada. A agricultura moderna introduziu novas forças produtivas, que passaram a **com-viver** com a população local e seus modos de vida, e a construir novos padrões de reprodução do capital financeiro e social, responsáveis pelas mudanças sócioespaciais configuradas nos últimos anos, entretanto, não sem conflitos.

A transformação da economia com o agronegócio alterou as relações de produção e fez surgir um novo tecido social no município, demarcado, não raramente, pelos interesses e projetos dos agentes sociais, nem sempre convergentes. Nesse contexto, reconhecem-se algumas possibilidades, limites e desafios para a ação **com-junta** desses agentes em prol do desenvolvimento no município. Contudo, esses agentes não atuam sozinhos, tendo em vista que o Estado, o patronato e o mercado também geram seus mecanismos de governança.

O crescimento demográfico do município sucede-se com incremento populacional no núcleo urbano. Esse movimento de expansão da urbanização, aliada ao agrobusiness, leva à convivência de estruturas sociais e econômicas que produzem na sociedade local um mix de relações reveladoras, ao mesmo tempo, do rural e do urbano, com a estagnação da agricultura familiar, sem que isso signifique a superação do velho pelo novo, ou do atraso pelo desenvolvimento.

O capital social, corporificado nas relações de confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade, poderá conduzir a ação social e política dos agentes em direção ao surgimento do novo tecido social e, com ele, a participação em organizações de classe, associações, cooperativas, sindicatos e na gestão governamental, necessários ao surgimento de um processo sustentável de criação de novas possibilidades de mudança em Uruçuí e nos territórios do cerrado piauiense.

Vencer o domínio das novas forças produtivas sobre a organização política no município e dar realce à riqueza sociocultural da população (nativa e dos outros residentes) em prol de um projeto coletivo capaz de tornar o conjunto dos agentes sociais, cidadãos comprometidos com maior equidade, inclusão, dignidade, liberdade, respeito ao meio ambiente e busca por melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, apresentam-se como desafios a serem enfrentados.

No extremo oposto, há que se considerar que faz parte também desse contexto social a inexistência de participação dos agentes sociais nos mecanismos institucionais da sociedade civil, governamental e empresarial. As diversas formas de repressão ou entraves estatais que bloqueiam a conversão do

capital social em participação política, fomentando a permanência de estruturas políticas tradicionais são analisados como limites ao protagonismo do capital social na sociedade de Uruçuí.

Mobilizer agents of social capital in the agribusiness of Piauí Cerrado Biome, Brazil

ABSTRACT

Social capital refers to aspects of social organization, such as trust, norms and networks, which facilitate coordination and cooperation to achieve benefits by individuals and collectivity, and increase the efficiency of society. At the heart of this debate is the role of local social agents and other forms of sociability coming from the territory itself, such as participation in organizations, groups and networks that provide its members with collective capital created and sustained by exchanges shared by society as a whole. This article aims to identify the social agents of soybean agribusiness in the municipality of Uru  , inducers of social capital with potential to influence development in the municipality from a broader perspective than the economic one. Workers, leaders, institutional/governmental representatives and agribusiness entrepreneurs were identified, who find limits and challenges to influence development in Uru  .

KEYWORDS: Social Capital. Social Agents. Development.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALVES, Vicente E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006, 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

ARAÚJO, M. R. Soares de; MORAES, M. D. C. Cerrados piauienses: de espaço natural a espaço construído. In: **ENCONTRO DA ANPPAS**, 3., 2006, Brasília-DF, Anais... Brasília: ANPPAS, 2006.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003.

BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. **Texto para discussão do IPEA**. Brasília, 1999. n. 630.

BECKER, V. R.; DALLABRIDA, D. F. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em questão**. ano 1, n. 2, jul./dez. 2003.

BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C.; TRUJILLO, R. Possibilidades do local num mundo globalizado: perspectivas para o desenvolvimento endógeno. In: BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C. (Org.). **Localizando o desenvolvimento: o local e a tradição na busca da sustentabilidade**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2003. p. 67-98.

BORDIEU P. The forms of capital. In: Richardson J, editor. **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press; 1986. p. 241-58.

_____. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 27, set. 1987.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local e sustentável: metodologia e planejamento**. São Paulo: Garamond, 2008.

CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas econômicas e Sociais do Piauí, Governo do Estado do Piauí Cerrados piauienses: **estudo e análise de suas potencialidades, impacto da exploração da riqueza sobre a população da região**. Teresina: Fundação CEPRO, 2014.

_____. **Conjuntura econômica:** conjuntura econômica e social. 3º. Trimestre 2016. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201703/CEPRO02_d3539ea10c.pdf>. Acesso em: fev. de 2017

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Org.). **Desenvolvimento regional:** abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 175-213.

DANTAS, K. P.; MONTEIRO, M. S. L. Valoração econômica dos efeitos internos da erosão: impactos da produção de soja no cerrado do Piauí. **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**, Piracicaba, SP, v. 48, n. 4, p. 619-633, out./dez. 2010.

Durkheim, E. **The division of labour in society**. New York: Free Press; 1984.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento:** uma visão do estado da arte. Intercambios, n. 64, 2006.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

FUKUYAMA, F. Social capital and civil society. **International Monetary Found.** IMF Institute.. abril 2000. Free Press.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Coleções Questões da Nossa Época, v. 123.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: **SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA**, 2., 2007, Florianópolis, Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil>>. Acesso em: 7 abril nov. 2015.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/defaulttab.shtm?1>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA**. Ago. 2015-2016. Notas: Inclusos 1ª e 2ª safras do ano. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=15>. Acesso em: 3 fev. 2017.

ITAÚ-UNIBANCO. **Relatório estadual Piauí**. mar. 2015. Disponível em: <<http://www.itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes>>. Acesso em: 15 set. 2015.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Revista Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p.733-743, 2009.

MEADOWS, D. *et al.* **Los Limites del crecimiento**. Mexico: FCE. 1972.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil), 2005.

NASCIMENTO, Humberto M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano**: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente. Campinas, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, R. J. S. P. **Inovação ambiental e o arranjo produtivo local de soja no cerrado piauiense**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, 2015.

PATTUSSI, M. P et al. Capital social e a agenda de pesquisa em epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, ago. 2006.

PAVARINA, P.R.J.P. **Desenvolvimento, Crescimento Econômico e o Capital Social do estado de São Paulo**. Tese (doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2003.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p.1-24, 2000.

PENUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, & Fundação João Pinheiro - FJP. (2012). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2016**. Acesso em 29 de março, 2017, em http://www.atlasbrasil.org.br/2016/o_atlas/idhm Santos, S. R., S

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SEIFFERT, M. E. B. Desenvolvimento Sustentável. In: **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Recebido: 12 jan. 2017.

Aprovado: 23 jun. 2017.

DOI: 10.3895/rts.v14n30.5302

Como citar: VILARINHO, L. da S.; LOPES, W. G. R.; MONTEIRO, M. do S. L. Desenvolvimento e capital social no agronegócio do Cerrado do Piauí, Brasil. **R. Tecnol. Soc.** v. 14, n. 30, p. 30-46, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/5302>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Lucia da Silva Vilarinho
Rua Bonifácio de Abreu, 4368 Bairro: Morada do Sol. Teresina/PI.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

